

SITEWARE SOLUÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

SITEWARE SOLUÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Siteware Soluções S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Siteware Soluções S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Siteware Soluções S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para pequenas e médias empresas".

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de março de 2023.

SITWARE SOLUÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.937	3.521	Fornecedores		140	96
Contas a receber	5	1.445	814	Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.495	1.311
Adiantamentos diversos		38	43	Obrigações tributárias	11	124	97
Impostos a recuperar	6	1.148	345	Adiantamento de clientes		8	12
		5.568	4.723	Outras obrigações a pagar		289	792
						2.056	2.308
Não circulante				Não circulante			
Outras ativos circulantes		-	1	Obrigações tributárias	11	63	74
Depósitos judiciais e bloqueios judiciais	12.1	36	35	Provisão de contingências	12	20	20
Partes relacionadas	7	383	28	Outras obrigações a pagar		-	289
Imobilizado	8	439	439			83	383
Intangível	9	2.754	2.919				
		3.612	3.422				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13.a	1.065	1.065
				Reservas de capital		3.473	3.473
				Reservas legal		213	107
				Reservas de lucros		5.140	3.659
				Ações em tesouraria		(2.850)	(2.850)
						7.041	5.454
Total do ativo		9.180	8.145	Total do passivo e patrimônio líquido		9.180	8.145

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SITWARE SOLUÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Resultado Operacional Líquido			
Receita líquida de serviços prestados	14	16.941	14.362
Custos de serviços prestados	15	(7.473)	(6.135)
Lucro bruto		9.468	8.227
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas comerciais	15	(1.822)	(1.627)
Despesas gerais e administrativas	15	(4.918)	(3.923)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	-	646	402
		(6.094)	(5.148)
Resultado operacional antes das receitas/(despesas) financeiras, líquidas		3.374	3.079
Receitas financeiras	16	359	111
Despesas financeiras	16	(146)	(80)
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas		213	31
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	17	-	(619)
		-	(619)
Lucro líquido do exercício		3.587	2.491

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SITEWARE SOLUÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	<u>3.587</u>	<u>2.491</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>3.587</u></u>	<u><u>2.491</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SITEWARE SOLUÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ações em tesouraria	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.063	3.473	-	1.736	(1.550)	-	4.722
Dividendos distribuídos de lucros de anos anteriores	-	-	-	(461)	-	-	(461)
Constituição de reserva legal	-	-	107	(107)	-	-	-
Aumento de capital social	2	-	-	-	-	-	2
Aquisição de ações de tesouraria	-	-	-	-	(1.300)	-	(1.300)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.491	2.491
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	2.491	-	(2.491)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.065	3.473	107	3.659	(2.850)	-	5.454
Dividendos distribuídos de lucros de anos anteriores	-	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Constituição de reserva legal	-	-	106	(106)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.587	3.587
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	3.587	-	(3.587)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.065	3.473	213	5.140	(2.850)	-	7.041

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SITWARE SOLUÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	3.587	2.491
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades		
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível	252	296
	<u>3.839</u>	<u>2.787</u>
Aumento/(redução) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(631)	416
Adiantamentos diversos	6	6
Impostos a recuperar	(803)	(239)
Depósitos judiciais e bloqueios judiciais	(1)	10
	<u>(1.429)</u>	<u>193</u>
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores e outras contas a pagar	(748)	333
Obrigações sociais e trabalhistas	184	490
Obrigações tributárias	16	(77)
Adiantamento de clientes	(4)	(9)
	<u>(552)</u>	<u>737</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>1.858</u>	<u>3.717</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens para o imobilizado e intangível	(87)	(185)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(87)</u>	<u>(185)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aporte de recursos para aumento de capital	-	2
Dividendos distribuídos	(2.000)	(461)
Pagamento/ Recebimentos de partes relacionadas, líquidos	(355)	-
Redução em empréstimos e financiamentos, líquidos	-	(246)
Aquisição de ações em tesouraria	-	(1.300)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	<u>(2.355)</u>	<u>(2.005)</u>
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(584)</u>	<u>1.527</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.521	1.994
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.937	3.521
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(584)</u>	<u>1.527</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Siteware Soluções S.A. (“Companhia” ou “Siteware”), constituída em 1º de janeiro de 2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços de desenvolvimento de softwares e consultoria em informática, análise e desenvolvimento de sistemas, a programação, processamento de dados e congêneres, a elaboração de programas de computador, inclusive de jogos eletrônicos, o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, a assessoria e consultoria em informática, a prestação de serviços de suporte técnico em informática, inclusive com instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados, o planejamento, a confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, a participação como sócia ou acionista em outras companhias e o treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

2. Bases e apresentação das demonstrações contábeis.

Este conjunto de demonstrações contábeis foi preparado pela Empresa de acordo com o CPC PME (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Conselho Federal De Contabilidade. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 23 de março de 2023.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Ativos financeiros

a. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

- c. Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

- d. Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.2. Passivos financeiros

- a. Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b. Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, quando existentes, são capitalizados como parte do custo destes ativos.

Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

b. Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como receita ou despesa financeira.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações em instrumentos financeiros inclusive derivativos são registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para a venda; (ii) pelo valor de custo de aquisição ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações serem mantidas até o vencimento.

3.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil às taxas informadas na nota nº 8, e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação e negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada trimestre. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada trimestralmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

b. Custos de pesquisa e desenvolvimento

Todos os custos de pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos como despesas, exceto quando formam parte do custo de um outro ativo que satisfaça os critérios de reconhecimento.

3.8. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor contábil do ativo quando exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.10. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

a. Venda de serviços

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; (ii) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade; (iii) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável e (iv) os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

3.11. Tributação

Impostos sobre vendas e prestação de serviços

As receitas de vendas e prestação de serviços, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquota
Programa de integração social (PIS)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3,00%
Imposto sobre serviço (ISS)	2,34%
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os quais são contabilizados pelo regime de competência, estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, sobre os lucros tributáveis apurados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tendo por base o regime do "lucro real".

Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da expectativa de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

SITEWARE SOLUÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

Aplicação financeira - Títulos financeiros com vencimento em 90 dias ou menos	2022	2021
Banco Itaú	227	3.004
XP Investimentos	2.221	-
	<u>2.448</u>	<u>3.004</u>

Disponibilidades imediatas	2022	2021
Caixa (fundo fixo)	-	-
Bancos conta movimento	489	517
	<u>489</u>	<u>517</u>
	<u>2.937</u>	<u>3.521</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber de clientes

Descrição	2022	2021
Clientes - Mercado interno	1.445	814
	<u>1.445</u>	<u>814</u>

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

Descrição	2022	2021
Vencidos em até 30 dias	148	42
Vencidos de 31 a 90 dias	11	0
Total vencidos	<u>159</u>	<u>42</u>
A vencer em até 30 dias	1.286	772
Total a vencer	<u>1.286</u>	<u>772</u>
	<u>1.445</u>	<u>814</u>

Ajuste a valor presente

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a administração concluiu que não possui nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Provisão para perdas ao valor recuperável

Por meio de julgamento realizado com base no histórico de realização dos títulos representativos desses créditos, inclusive por conta de realização posterior de saldos vincendos e vencidos, a Administração da Companhia entende que não existem perdas estimativas por redução ao valor recuperável de contas a receber.

6. Impostos a recuperar

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

Descrição	2022	2021
IRRF a recuperar	831	217
CSLL a recuperar	317	128
	1.148	345

7. Partes relacionadas

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

Descrição	2022	2021
Siteware Portugal	383	28
	383	28

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

A movimentação do Ativo Imobilizado é demonstrada como segue:

	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	67	155	110	332
Aquisição	185	-	-	185
Depreciação	(42)	(22)	(14)	(78)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	210	133	96,00	439
Custo total	409	243	135	787
Depreciação acumulada	(199)	(110)	(39)	(348)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	210	133	96	439
Aquisição	84	-	3	87
Depreciação	(52)	(22)	(13)	(87)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	242	111	86	439
Custo total	494	243	138	875
Depreciação acumulada	(252)	(132)	(52)	(436)
Saldo contábil	242	111	86	439
Taxas anuais de depreciação - %	20%	10%	10%	

SITEWARE SOLUÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

A movimentação do Ativo Intangível é demonstrada como segue:

	Marca	Carteira de clientes	Cláusula de não concorrência	Ágio por rentabilidade futura	Softwares	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	1.572	1.211	51	301	2	3.137
Amortização	-	(165)	(51)	-	(2)	(218)
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	1.572	1.046	-	301	-	2.919
Custo total	1.572	1.651	454	301	24	4.002
Amortização acumulada	-	(605)	(454)	-	(24)	(1.083)
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	1.572	1.046	-	301	-	2.919
Amortização	-	(165)	-	-	-	(165)
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	1.572	881	-	301	-	2.754
Custo total	1.572	1.651	454	301	24	4.002
Amortização acumulada	-	(770)	(454)	-	(24)	(1.248)
Saldo contábil	1.572	881	-	301	-	2.754

10. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

Descrição	2022	2021
Provisão de férias e encargos	706	553
Salários e Pro Labore a pagar	426	435
INSS a recolher	76	77
FGTS a recolher	57	55
Outras obrigações sociais e trabalhistas	230	191
	<u>1.495</u>	<u>1.311</u>

11. Obrigações tributárias

Os saldos estão assim demonstrados na data do balanço:

Descrição	2022	2021
Parcelamento Lei nº 12.996/2014	75	86
Cofins a recolher	42	33
Pis a recolher	9	7
ISSQN a recolher	48	37
Outras obrigações tributárias	13	8
	<u>187</u>	<u>171</u>
Curto prazo	124	97
Longo prazo	63	74

12. Provisões para contingências judiciais e administrativas

A Companhia possui ações judiciais em andamento, nelas figurando no polo ativo e passivo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui em andamento uma ação judicial de natureza trabalhista e de polo passivo, avaliada por nossos consultores jurídicos e classificada como de perda provável no montante de R\$ 20 mil, sendo reconhecido provisão para contingências no mesmo montante, considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

A Companhia não possui ações judiciais em andamento, classificadas como perda possível e que necessite de divulgação em 31 de dezembro de 2022.

12.1. Depósitos judiciais e bloqueios judiciais

Os saldos são demonstrados conforme segue:

Descrição	2022	2021
Processos cíveis	7	6
Processos trabalhistas	29	29
	<u>36</u>	<u>35</u>

Não há valor representativo de atualização monetária dos depósitos judiciais e não foi realizada provisão para os depósitos com expectativa de ganho para a Companhia.

13. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

A Companhia possui o capital subscrito no montante de R\$ 1.064.950, devidamente integralizadas. O capital social integralizado está representado por 220.693 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Qtde. Ações
Fundo de Investimento em Participações CRIATEC II	78.887
Pessoas físicas	121.076
Ações em tesouraria	20.730
	<u>220.693</u>

14. Receitas operacionais líquidas

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

Descrição	2022	2021
Receita operacional bruta		
Serviços prestados	18.455	15.765
Serviços prestados- exportação	397	253
	18.852	16.018
Deduções da receita de serviços		
(-) Serviços cancelados e descontos	-	(20)
	-	(20)
Tributos incidentes sobre serviços		
(-) COFINS	(536)	(463)
(-) PIS	(116)	(100)
(-) ISSQN s/ serviços prestados	(452)	(380)
(-) INSS Desoneração	(807)	(693)
	(1.911)	(1.636)
	16.941	14.362

15. Custos e despesas por natureza

Destacamos no quadro a seguir, os grupos de contas "custo dos serviços prestados, despesas comerciais e despesas administrativas":

	2022	2021
Despesas com salários e benefícios a empregados	(10.376)	(7.910)
Serviços de terceiros PJ e PF	(1.335)	(1.314)
Despesas com aluguéis e condomínio	(276)	(248)
Comunicação e Internet	(981)	(876)
Despesas com viagens	(80)	(115)
Depreciação e amortização	(254)	(295)
Outros custos e despesas	(911)	(927)
	(14.213)	(11.685)
Custos de serviços prestados	(7.473)	(6.135)
Despesas comerciais	(1.822)	(1.627)
Despesas gerais e administrativas	(4.918)	(3.923)
	(14.213)	(11.685)

16. Receitas/(despesas) financeiras líquidas

Os saldos estão assim demonstrados na data do balanço:

Descrição	2022	2021
Receitas financeiras decorrente de		
Rendimento de aplicações financeiras	340	104
Juros ativos	19	6
Variação cambial ativa	-	1
	359	111
 Despesas financeiras decorrentes de		
Juros passivos e multa	(94)	(32)
Tarifas bancárias	(13)	(11)
Descontos concedidos	-	(3)
Outras despesas financeiras	(39)	(34)
	(146)	(80)
 Resultado líquido financeiro	213	31

17. Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Descrição	2022	2021
IRPJ - Corrente	-	(446)
CSLL - Corrente	-	(173)
	-	(619)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são reconhecidos na demonstração do resultado e são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. No ano de 2022, a empresa fez o aproveitamento integral do benefício fiscal da Lei 11.196/05 - Lei de Incentivo à Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (Lei do Bem), cujo valor propiciou a empresa a reduzir a zero a sua base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022, e a Administração desses instrumentos são efetuadas por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis deles, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes (quando aplicável) é realizada por meio da análise individual, considerando como base inicial o critério fiscal. Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os clientes pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os clientes com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos.

O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Sociedade, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

20. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A diretoria avaliou com os seus Assessores Jurídicos Internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da diretoria suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC PME (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Marcello Machado Ladeira
Diretor Presidente

Arnaud Gazzi e Veiga
CRC 1-MG 29.060-TC

Relatório de Auditoria - Referente 2022.pdf

Documento número #2c709da2-3904-410b-ad7a-ade634131e85

Hash do documento original (SHA256): 88d2a4560438e7bae4299a69b57ca265ca1d949f44ada4fcf2da9fd092555cea

Assinaturas

✓ **Marcello Machado Ladeira**

CPF: 827.927.206-20

Assinou como parte em 24 mar 2023 às 16:53:32



REPRODUÇÃO PROIBIDA
24/03/2023 16:53:32
Marcello Machado Ladeira

✓ **ARNAUD GAZZI E VEIGA**

CPF: 201.597.576-49

Assinou como parte em 24 mar 2023 às 15:58:17

Log

- 24 mar 2023, 15:41:10 Operador com email financeirosw@siteware.com.br na Conta 5dbbe213-681c-4cef-9109-fa5c54e3640c criou este documento número 2c709da2-3904-410b-ad7a-ade634131e85. Data limite para assinatura do documento: 23 de abril de 2023 (15:39). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 24 mar 2023, 15:41:24 Operador com email financeirosw@siteware.com.br na Conta 5dbbe213-681c-4cef-9109-fa5c54e3640c adicionou à Lista de Assinatura: marcello.ladeira@siteware.com.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Marcello Machado Ladeira e CPF 827.927.206-20.
- 24 mar 2023, 15:41:24 Operador com email financeirosw@siteware.com.br na Conta 5dbbe213-681c-4cef-9109-fa5c54e3640c adicionou à Lista de Assinatura: arnaud@mvcontabil.com.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP.
- 24 mar 2023, 15:58:17 ARNAUD GAZZI E VEIGA assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail arnaud@mvcontabil.com.br. CPF informado: 201.597.576-49. IP: 186.249.226.111. Componente de assinatura versão 1.471.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
- 24 mar 2023, 16:53:32 Marcello Machado Ladeira assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail marcello.ladeira@siteware.com.br. CPF informado: 827.927.206-20. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo b1a2e1(...), vide anexo 24 mar 2023, 16-53-32.png. IP: 179.187.139.203. Componente de assinatura versão 1.471.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
- 24 mar 2023, 16:53:33 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 2c709da2-3904-410b-ad7a-ade634131e85.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 2c709da2-3904-410b-ad7a-ade634131e85, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

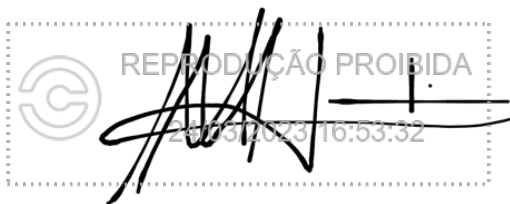
Anexos

Marcello Machado Ladeira

Assinou o documento enquanto parte em 24 mar 2023 às 16:53:32

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo b1a2e1(...)



Marcello Machado Ladeira
24 mar 2023, 16-53-32.png